

## BRASIL: GEOPOLÍTICA DE OCUPAÇÃO EFETIVA, PODER PERCEPTÍVEL E DINÂMICA TERRITORIAL ATUAL

Paulo Sergio Monteiro-da-Costa<sup>1</sup>

Vânia Rubia Farias Vlach<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Professor mestre do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia  
Av. João Naves de Ávila, 2121, Campus Santa Mônica, Bloco H, Instituto de Geografia, CEP 38408-902  
Uberlândia, MG, Brasil – Fone/Fax: (34) 3239-4201 – e-mail: [paulo.smc@ig.com.br](mailto:paulo.smc@ig.com.br)

<sup>2</sup> Professora doutora do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia  
Av. João Naves de Ávila, 2121, Campus Santa Mônica, Bloco H, Instituto de Geografia, CEP 38408-902  
Uberlândia, MG, Brasil – Fone/Fax: (34) 3239-4201 – e-mail: [vaniarubia@netsite.com.br](mailto:vaniarubia@netsite.com.br)

**Palavras-chave:** *geopolítica; poder perceptível; território; fronteiras; Brasil.*

### Resumo

Ao pesquisar as formas como se deu a ocupação territorial efetiva levada a efeito pelo Estado brasileiro do período republicano, a partir da consolidação de suas fronteiras, permite discutir a relação entre as concepções geopolíticas, o poder perceptível, e os fatores que podem influir no equilíbrio dinâmico de suas fronteiras atuais. Ao longo do século XX, novas formas de expansionismo, de natureza implícita, têm-se mostrado atuantes, fruto direto ou indireto da geopolítica dos períodos desenvolvimentistas e dos processos espaciais contemporâneos, associados à globalização da economia. Alguns deles se estabelecem e encontram fundamento nas bases ideológicas do período de regime militar e na idéia de “destino manifesto”, de “fatalidade histórica”, de Brasil-Potência e de hegemonia em relação ao continente sul-americano. Outros apresentam-se como resultado direto das crises do modelo econômico brasileiro, funcionando através das “porosidades” da fronteira, com fluxos de moeda estrangeira para o Brasil, ou criando situações típicas de *uti-possidetis* em território vizinho. A aplicação do Método de Cline, relacionado ao poder perceptível espelhado pelo Brasil nesse período, auxilia na compreensão dos processos que vêm mantendo o equilíbrio dinâmico das fronteiras atuais, assim como dos riscos oferecidos pela fricção e pressão resultantes de elementos associados à nova ordem mundial.

## Uma revisão

Ao estudarmos a expansão territorial brasileira dos períodos Colonial e Imperial, consolidada por embates e sucessivos tratados que lhe deram a forma atual, percebemos ser possível inserir ao processo novos ingredientes relacionados às questões geopolíticas da nova ordem mundial e da economia globalizada, assim como aspectos ideológicos e mesmo etnocêntricos que se sobrepõem à delimitação formal do território nacional.

A ocupação do território no Brasil Colônia ficava por conta dos donatários das capitanias hereditárias, que acabariam por desrespeitar o Tratado de Tordesilhas, cujo limite era difícil de ser controlado. Estratégias explícitas de ocupação e interesses mercantis resultariam na assinatura do Tratado de Madri em 1750, que praticamente já esboçava os contornos do território brasileiro de hoje e que, segundo Lins (1965), se destacava pela tolerância, pelo espírito de concessão comum às duas partes contratantes, pelo desejo de uma paz estável e sua projeção para o futuro.

Avançando sobre territórios espanhóis que vinham se tornando independentes, a nova configuração territorial se consolida gradualmente, não sem ocasionar disputas, desavenças e conflitos. De forma mais intensa do que na Amazônia norte e ocidental, os territórios da Bacia do Prata sofreram com guerras e embates diplomáticos, à mercê dos rearranjos políticos e de interesses, até acomodar-se ao final do século XIX. Os tratados firmados nessa época envolveram incansáveis negociações diplomáticas, arbitragens e compra.

A relativa estabilidade ao longo do século XX decorreu, sem dúvida, das diligências diplomáticas de José Maria da Silva Paranhos, o barão do Rio Branco, que priorizaram a redefinição e demarcação das fronteiras brasileiras, amparado em grande parte pelo poder perceptível então espelhado pelo Brasil.

Ao final do século XX, entretanto, os processos espaciais atuais conduzem a novas formas de expansionismo virtual, enquanto a nova ordem mundial exacerba tendências ultra-conservadoras, de apelo populista ou religioso, amparadas muitas vezes em velhas ideologias e supostamente calcadas em valores etnocêntricos.

## **Geopolítica, território e poder**

No sentido de amparar nossas considerações e de forma um pouco mais sucinta, retomaremos algumas questões conceituais e metodológicas apresentadas em outro trabalho nosso simultaneamente publicado, discutindo um recorte temporal antecedente ao aqui apresentado.

Consideramos, primeiramente, a Geopolítica como um instrumento de ação do Estado, sem neutralidade intrínseca, voltado a cumprir determinados objetivos de sua política interna ou externa (Costa 1988).

A nitidez do espaço político tende a aumentar e se tornar mais explícita, com o aumento do grau de complexidade de uma sociedade. Um grupo social estabelece relações culturais com seu espaço de vivência e produção, exprimindo-as através dos ritos, mitos, cultos, sacralizações e outras manifestações. Se apropriará e explorará esse espaço com seu trabalho e técnica, marcando-o com suas necessidades e impregnando-o com sua cultura. Os limites advindos desse processo são, inicialmente constituídos por zonas, que delimitam o espaço de recursos necessários à reprodução biológica e cultural do grupo. A constituição dos Estados-Nações enrijece os limites, gerando conflitos ou guerras, onde o território é palco e objeto de disputa. Dessa forma, “... toda sociedade delimita seu espaço de vivência e produção e se organiza para dominá-lo, transforma-o em seu território. Ao demarcá-lo, ela produz uma projeção *territorializada* de suas próprias relações de poder”. (Costa 1988, 18).

As fronteiras permitem o exercício da função legal, de controle, fiscal, ideológica e militar (Raffestin 1993) e possuem uma dinâmica que, segundo Backheuser (1948), se expressa por quatro leis, dependendo da vontade dos contratantes, da força de um deles ou de terceiros intervenientes (Lei da Vontade ou da Força), pela pressões recíprocas geradoras do equilíbrio (Lei do Equilíbrio Dinâmico), pelo atrito gerador de instabilidades (Lei da Fricção) e pela vitalidade expressa pelos elementos de força disponíveis (Lei da Pressão).

Embora possa ser identificada com determinado acidente geográfico, a fronteira se forma por meio de um processo histórico, em que tomam parte a política, a língua, o

caráter das raças e dos povos. Assim, a noção política e jurídica de fronteira se sobrepõe aos seus aspectos geográficos e históricos, visto que "...um Estado sem fronteiras definidas permanece numa situação de insegurança e instabilidade" (Lins 1965, 180) e "... uma fronteira fixa e bem determinada é ao mesmo tempo uma conseqüência e uma garantia de paz." (Louter 1920, I, 332).

O principal balizamento jurídico que norteava o Tratado de Madri de 1750 e seria amplamente utilizado pelo Brasil foi o princípio do *uti-possidetis*. Originário do Direito Romano (*uti nunc possidetis, quominus ita possideatis vim fieri veto*), seria novamente aplicado com o mesmo sentido: *uti possidetis, ita possideatis*, ou seja, "como possuís, continuais possuindo". A ocupação efetiva considera a predominância de populações do país que se diz possuidor, resultado das migrações naturais ou promovidas pelo Estado interessado (Lins 1965).

O mesmo autor atribui ao barão do Rio Branco o conceito utilizado pelo Conselho de Estado do Império: "Diplomacia inteligente sem vaidade, franca sem indiscreção [Sic] e enérgica sem arrogância." (Lins 1965). Considerado um estadista conservador, moderado, realista e pragmático, confiava irrestritamente no direito, entendendo que a política exterior devia se pautar "... na realidade internacional, não com ideologia ou visão que toma nosso desejo pela realidade." (Ricúpero 2005, 36). O barão também entendia que a projeção internacional do Brasil dependia da segurança do Estado e de sua integridade territorial, devendo manter, tanto quanto possível, sua autonomia em relação às potências mundiais de então (Doratioto 2005).

Em se tratando da teoria do "destino manifesto", idealizada por Mahan antes de Ratzel, esta teria sido introduzida no Brasil pelo barão do Rio Branco, utilizando-a em seus discursos e valendo-se dela na questão do Acre (Tocantins, prefaciando Mattos 1980). O próprio Tocantins (Mattos 1980, 12) usa tal expressão, afirmando "Pois tudo o que envolve o homem há de ter um destino. A Geopolítica, ciência em que o homem há de imprimir um destino á área em que vive e à instituição a que pertence – o homem, agente cultural por excelência – estaria como que fatalmente designada a ligar-se ao destino."

Ao se tratar da condição de grande potência, Gramsci a exprime pela possibilidade de uma ação estatal com direção autônoma, com influência e repercussão sobre outros Estados. Sua força militar sintetizaria o valor da extensão territorial e do potencial econômico. Ela é "... hegemônica, chefe e guia de um sistema de alianças e de acordos com maior ou menor extensão". (1976, 191). Ainda segundo esse autor, para que um Estado possa projetar sobre outros a vontade social de suas classes dominantes, é indispensável sua tranqüilidade interna. O exercício desse poder pressupõe considerar todos os elementos previsíveis que assegurem a vitória, "... significa dispor de um potencial de pressão diplomática de grande potência, isto é, significa obter uma parte dos resultados de uma guerra vitoriosa sem necessidade de combater". (Gramsci 1976, 192). Essas vantagens são destacadas por Silva (1981) e já haviam sido discutidas por Sun Tzu há cerca de 2.500 anos (Claret 2002).

Segundo Costa (1988), as potencialidades conferidas por um território grande como o do Brasil, não podem ser confundidas como destino ou caminho inevitável para a condição de potência. Joaquim Nabuco escreveu que "... não se fica grande por dar pulos. Não podemos parecer grandes senão o sendo." (Ricúpero 2005, 39).

Apesar do método proposto por Cline (1975, 1980, *apud* Mattos 1977, 1984) ter sido desenvolvido com outros propósitos, a incorporação de acréscimos por Mattos (1977) e pelos autores permite tecer algumas considerações acerca do papel do poder perceptível ao longo das fases de ocupação efetiva do território e no contexto da dinâmica atual do mundo globalizado.

Cline (1975, 1980) propõe a aplicação da fórmula a seguir:

$$P_p = (C + E + M) \times (S + W),$$

onde:  $P_p$  = Poder Perceptível,  
 $C$  = Massa Crítica (População + Território),  
 $E$  = Capacidade Econômica,  
 $M$  = Capacidade Militar,  
 $S$  = Concepção Estratégica,  
 $W$  = Vontade de realizar a estratégia nacional.

Mattos (1977) propõe um acréscimo na equação:

$$P_p = (C + E + M) \times (S + W + P), \quad \text{onde: } P = \text{Capacidade de Persuasão.}$$

Os autores do presente trabalho propõem ainda outro acréscimo:

$$P_p = (K + C + E + M) \times (S + W + P), \quad \text{onde: } K = \text{Cultura.}$$

Cumprе ressaltar que a reação do local ao global tem adicionado “energia” aos embates entre os interesses hegemônicos e os interesses regionais, de grupos étnicos, religiosos e de minorias, onde a cultura joga um papel de extrema relevância, embora muitas vezes servindo, sem saber, a interesses maiores disfarçados.

### **Desenvolvimentismo e globalização: uma expansão territorial implícita?**

O Brasil conclui seus tratados de fronteiras pouco antes do irromper da Primeira Guerra Mundial. O que se sucede na escala mundial é o surgimento da Rússia comunista, o crescimento do poderio norte-americano até a crise de 1929, a consolidação de seu poder com a Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria. Esses e outros ingredientes fazem o Brasil voltar-se para seus problemas internos, mas passando a dar ênfase ao processo de consolidação das fronteiras, por meio da integração do seu imenso território. Tal integração passava necessariamente pelo estabelecimento da comunicação entre os centros de poder e os mais distantes pontos do território.

Todavia, o período da Primeira República foi politicamente conturbado e, no que tange à integração nacional, relacionam-se apenas a construção de estradas de ferro, estradas de rodagem e modernizações de portos, notadamente no sentido de escoar a produção cafeeira. Mais importante que tudo isso, porém, foi o avanço da comunicação para as regiões centro-oeste e norte.

Nesse sentido, destaca-se o papel do Marechal Cândido Rondon, engenheiro militar que, desde o início da República, foi nomeado para desbravar os sertões de Mato Grosso, implantar linhas telegráficas e abrir estradas no centro-oeste e norte do Brasil, resolvendo ainda litígios com as populações indígenas e ocupando a direção do recém criado Serviço de Proteção aos Índios. Até 1906 as linhas telegráficas ligaram Cuiabá, Miranda e Aquidauana, alcançando as bordas fronteiriças de Bela Vista, Porto Murtinho, Coimbra e Cáceres. A partir de 1907 foi incumbido de levar as linhas até o

Amazonas e, entre outras atividades, de 1929 a 1934 percorreu grande parte da fronteira nacional de norte a sul.

A partir da tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930, seguida da criação do Estado Novo em 1937 e da centralização política, intensifica-se a industrialização e a produção de energia elétrica, desenvolve-se a navegação de cabotagem, é criado o Correio Aéreo Nacional e promove-se a interligação de pontos do território por linhas aéreas comerciais e regulares. O nacional-desenvolvimentismo dos governos getulistas e a mudança da capital do país por Juscelino Kubitschek buscam uma maior autonomia em relação à disposição dos recursos ao desenvolvimento e melhor localização do centro de poder e sua irradiação. Disponibilidade energética e transportes eram parte importante do Plano de Metas de Juscelino.

Apesar disso, o Brasil acaba por ficar à mercê do poderio norte-americano, a partir de um alinhamento de interesses iniciado no final do século XIX e sedimentado pela II Guerra Mundial. Esse alinhamento perdura até 1975, fruto da Guerra Fria, da "ameaça do comunismo" e da geopolítica mundial norte-americana, entre outros fatores.

Apesar disso, Castro Martínez (1980) destaca a importância da América Latina na política internacional contemporânea, no que se refere à relação singular desenvolvida pelo Brasil frente aos Estados Unidos, países sul-americanos e Portugal. Estas áreas políticas estariam integradas num projeto para realizar os sonhos hegemônicos do Brasil, onde a condição fundamental residiria no consentimento dos Estados Unidos. Afirma ainda que a geopolítica brasileira mais antiga era destituída de qualquer ideologia elaborada no sentido de orientação a ações conscientes, o que Mattos (1980), entre outros autores, não corrobora.

Por outro lado, Castro Martínez (1980) destaca que a idéia de "destino manifesto" sempre teria estado presente na geopolítica brasileira, inclusive no período mais recente, cujo articulador era o General Golbery do Couto e Silva, e que apareceria também nitidamente impregnada num editorial de Melo Filho para a revista *Manchete* [s.d.], que diz:

"A fatalidade histórica é que, por determinismos geográficos, políticos, demográficos e econômicos, estejamos nós, os brasileiros, condenados a ser os líderes da América do Sul, como os Estados Unidos o são da América do norte, a Rússia da Europa Central e o Japão da Ásia. Não queremos essa liderança, não a ambicionamos, não a buscamos. Nem sequer a usurpamos. Está chegando naturalmente em nossas mãos no seio de um processo irreversível. Nem tarde nem cedo, mas na hora justa, estaremos empunhando esse cetro, com humildade e quase pedindo desculpas." (Castro Martínez 1980, 6)

Os estudos de Golbery vêm da década de 1950 e estabelecem uma articulação geopolítica para o Brasil, considerando o espaço nacional e suas características internas, a posição do Brasil e suas projeções internacionais frente aos seus vizinhos e ao contexto mundial da época, como segue (Silva 1981, 92):

1ª – articular firmemente a base ecumênica de nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do País, ao mesmo passo que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração;

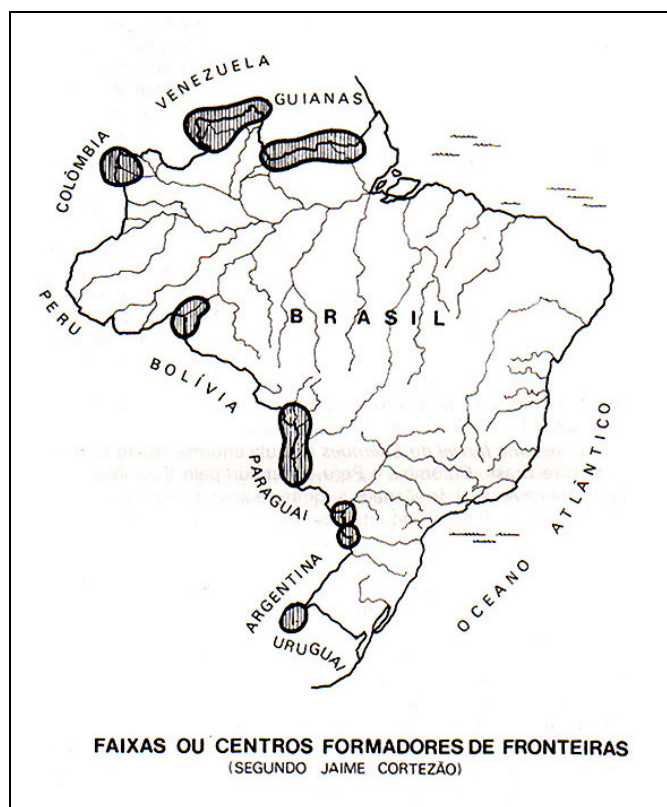
2ª – impulsionar o avanço para noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central – a atual região nuclear do país –, de modo a integrar a península centro-oeste no todo ecumênico brasileiro; e

3ª – inundar de civilização a Hiléia Amazônica, a coberto dos nódulos fronteira, partindo de uma base avançada constituída do Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão leste-oeste, segundo o eixo do grande rio."

O General Meira Mattos (1980) também defende uma geopolítica pan-amazônica, definindo o que ele chama de "centros formadores de fronteira" (**Figura 1**) e "áreas de intercâmbio ou de irradiação".

As faixas ou centros formadores de fronteiras, já assinalados em antigo mapa de Jayme Cortezão, compreendem três zonas na fronteira norte e uma na fronteira sudoeste da Amazônia, uma na região pantaneira, duas entre Foz do Iguaçu e Santa Catarina e uma na fronteira tríplice Brasil-Argentina-Uruguaí, ao longo de toda a fronteira seca do Brasil. As três áreas interiores de intercâmbio fronteira na Amazônia, situadas a norte, oeste e sudoeste, são áreas onde se poderia aproveitar as vias de transporte existentes e projetadas para conexão de interesses internacionais com os países fronteira.





**Fig. 1:** Faixas ou centros formadores de fronteiras, segundo Jaime Cortezão (Fonte: Mattos 1980, 171).

Assim como Mattos, Costa (1988) também assinala a importância da Amazônia para a geopolítica dos governos militares brasileiros pós 1964, mostrando que nas "Diretrizes de Governo" de 1967, as políticas de Estado definiam os objetivos de preservar as fronteiras internacionais e incorporá-las ao todo nacional. Nesse sentido, cabe destacar que a Amazônia vem sendo objeto de cobiça internacional desde o período colonial. Em 1951, a partir da expedição de Herndon e Gibbon ao rio Amazonas, Maury propõe nos EUA estudo de investimento e ocupação, seguido de colonização e incorporação política da região, utilizando-se do excedente de população negra americana, funcionando como válvula de segurança de conflitos raciais domésticos (Ruiz 1989). Fora outras idéias e propostas, houve ainda a do Instituto Hudson de construir grandes lagos e submergir a Amazônia (Becker 1990).

Castro Martínez também reconhece no pensamento geopolítico de Golbery as bases ideológicas do processo político brasileiro em sua totalidade. Conforme ele reconhece, a denominada "doutrina da segurança nacional" de Golbery, tem como

preocupações principais as necessidades de segurança interna e sua coordenação com os problemas básicos de interesse do desenvolvimento da política exterior. Destaca ainda que, na opinião dos militares brasileiros, "O Estado [...] é a encarnação do 'espírito brasileiro' e o governo, o eixo que lhe dá unidade e lhe assegura a sobrevivência." (1980, 109). Ainda para esse autor, o expansionismo brasileiro ditado pela geopolítica de Golbery implicava em outros mecanismos essenciais para sua realização, entre eles:

- o uso dos imensos recursos naturais e humanos no campo da economia;
- colonização intensiva dos territórios amazônicos;
- desenvolvimento da força política e estratégica a partir dos benefícios de um *'boom'* econômico;
- desenvolvimento das potencialidades militares;
- abertura de saída para o Oceano Pacífico e projeção internacional;
- combate ao comunismo como fator de transtorno interno e externo;
- desenvolvimento de uma política ativa para criar uma esfera de influência, capaz de evitar hostilidades nas fronteiras que possui com outros dez países sul-americanos;
- segurança do apoio norte-americano em todas estas manobras.

Do ponto de vista econômico, Castro Martínez (1980, 98) destaca o papel subimperialista do Brasil, definindo subimperialismo "... como o processo que implica uma subdivisão de funções econômicas, políticas e até militares entre os Estados Unidos e seus aliados preferenciais na dominação da área latino-americana, na qual, naturalmente, é o país do norte o poder que impõe as diretivas essenciais." Com isso, buscava obter a hegemonia latino-americana e o alargamento de seus mercados de exportação. Alguns dos objetivos, segundo o autor, seriam suprir a carência de algumas matérias-primas necessárias ao seu desenvolvimento, entre elas o petróleo, que devia ser buscado também nos países sul-americanos e africanos por meio de companhias binacionais, e a luta pela hegemonia no Cone-Sul por meio do domínio do mercado do ferro e da disponibilidade de energia elétrica em relação aos países vizinhos.

A preocupação expressa pelo autor quanto ao papel hegemônico do Brasil frente aos seus vizinhos e de que uma nova exacerbação do nacionalismo e um fortalecimento do capitalismo brasileiro pudessem conduzir a um enfrentamento do mesmo com os Estados Unidos se baseia no forte desenvolvimento da indústria bélica brasileira na década de 1970, passando a ocupar a liderança nessa atividade entre os países do Terceiro Mundo.

Mesmo apresentando argumentos sólidos e amparados por documentação confiável, da qual fazem parte documentos governamentais, as preocupações do autor mostraram-se a nosso ver exageradas, quiçá superadas, uma vez que as crises econômicas e políticas que sucederam os choques do petróleo mostraram a inequívoca fragilidade das pretensões brasileiras de desempenhar o papel de potência continental. É de se destacar também o fato do Brasil ter rompido o acordo nuclear que mantinha com empresas americanas, substituindo-o por um novo acordo com a Alemanha em 1975. Essa é, de fato, a data que marca o estremecimento das relações brasileiras com os Estados Unidos e o fim do alinhamento mantido por quase um século. A partir dessa época, o Brasil tem buscado uma maior autonomia política, embora "acorrentado" pela sua dívida externa e pela hegemonia norte-americana.

Um exemplo dessa pretendida autonomia seria a assinatura em 1978 do Tratado de Cooperação Amazônica, incluindo oito países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Mattos (1980, 122) vê na assinatura do tratado o coroamento do esforço diplomático empreendido pelo Brasil, com base no critério de discutir as bacias hidrográficas como unidades geográfico-econômicas, cuja tendência vem se acentuando no mundo nos últimos cinquenta anos. O tratado de 1978 se ampara em cinco princípios:

- “1º) a competência exclusiva dos países da Região no desenvolvimento e proteção da Amazônia;
- 2º) a soberania nacional na utilização e preservação dos recursos naturais e a conseqüente prioridade absoluta do esforço interno na política de desenvolvimento das áreas amazônicas de cada Estado;
- 3º) a cooperação regional como maneira de facilitar a realização desses dois objetivos;
- 4º) o equilíbrio e a harmonia entre o desenvolvimento e a proteção ecológica;
- 5º) a absoluta igualdade entre todos os parceiros.”

Ainda segundo o Mattos (1980), também para a Bacia do Prata vinha sendo aperfeiçoado um sistema de integração semelhante.

Apesar dessas considerações, Laino produz também na mesma época (1979) uma obra denunciando a penetração brasileira através das fronteiras Brasil-Paraguai, que compreendem 1.339 km, pondo em risco a soberania paraguaia. Diz ele que "... não se pode observar sem preocupação o fenômeno que gera a expansão brasileira sobre os limites fronteiriços paraguaios: suas terras, seus recursos naturais, sua moeda, sua divisa, seu idioma, seus costumes, se encontram dentro de um acelerado processo de desnacionalização." Soma-se a isso a presença de novas agências de bancos brasileiros, capitais e investimentos, devastação das matas nativas onde vivem as populações guaranis para contrabando da madeira, entre outros (Laino 1979, 7). O autor ainda cita casos envolvendo as fronteiras entre Brasil e Argentina, Uruguai, Bolívia, Peru e Venezuela, onde não somente ocorreria a presença de brasileiros, compra de terras, comércio e contrabando, mas também outras confusões propositais de acidentes geográficos, visando a alteração da divisa para além dos marcos oficiais.

Mesmo não sendo um processo deflagrado total ou diretamente por políticas de expansão produzidas pelo Estado brasileiro, ele tem sido pelo menos um resultado indireto de políticas anteriores, da pressão dos capitais internacionais e dos problemas internos vividos por ambos os países. Laino (1979) faz acusações ao governo ditatorial paraguaio da época, que desenvolveria uma política entreguista sem precedentes e à aceitação tácita pelo Paraguai da tese desenvolvimentista da geopolítica de Golbery. O autor não documenta adequadamente todas as suas acusações, mas apenas algumas delas já são, por si, suficientes para caracterizar o problema.

Apenas do ponto de vista populacional o problema já é sério. Segundo Laino (1979), em 1977 eram 200 mil os brasileiros residentes nos três departamentos que fazem limite com o Brasil. Em 1979 eram 300 mil, equivalendo a 10% da população paraguaia. Segundo dados do Relatório da Divisão de Assistência Consular do Ministério de Relações Exteriores de 8 de outubro de 1996 (Patarra 1997), Sasaki (1999) mostra que o Paraguai era, em 1996, o segundo país do mundo com mais brasileiros residentes, somando 460.846 (29,54% do total). Perdia apenas para os

Estados Unidos, com 598.526 (38,36%), ficando o Japão em terceiro lugar, com 201.139 (12,89%). Mesmo com a ressalva de Laino (1979) sobre a falta de registros confiáveis, da falsificação de papéis para estrangeiros e outros problemas que impedem de se ter uma idéia próxima do real, é claro que a quantidade de brasileiros nos Estados Unidos e no Japão não tem o mesmo significado que para o caso paraguaio, em função da área do país e do tamanho de sua população.

A corrida ao Paraguai para compra de terras se intensificara na década de 1970, face ao baixo custo, aos impostos reduzidos, ao acesso a dois mercados e às perspectivas criadas por Itaipu. Aliás, tais terras, que incluem inúmeros latifúndios, viriam sendo negociadas em grande parte de brasileiros para brasileiros nos últimos cinqüenta anos, considerando que estes possuiriam mais recursos para adquiri-las do que os paraguaios, expulsando inclusive as populações nativas de suas áreas de sobrevivência (Laino 1979).

Laino (1979) denuncia ainda que a moeda brasileira deslocou-se para o Paraguai e tomou o lugar do Guarani em toda a zona fronteiriça, sendo moeda corrente em Pedro Juan Caballero e outras cidades da fronteira, onde até os salários são pagos em moeda brasileira. Observa ainda que em Paraguasil, Departamento de Hernandarias, assim como na Colônia Santa Rosa, a língua corrente predominante seria o português. Segundo o autor, muitos paraguaios da fronteira optam pela dupla nacionalidade, preferem estudar e prestar serviço militar no Brasil, para facilitar o ingresso no mercado de trabalho brasileiro. Outra influência na educação e cultura paraguaia estaria sendo a difusão de TV e rádio brasileiros que atingem o território paraguaio.

Dessa forma, e considerando as facilidades oferecidas pelo próprio governo paraguaio aos investimentos brasileiros, Laino (1979, 241, 246) seleciona os fatores terra e recursos florestais como os principais pontos da exploração da fronteira paraguaia por brasileiros. Ele formaliza sua denúncia reforçando que "... o regime do Paraguai exerce uma política de dependência do Brasil e de fato, o país perdeu o controle de sua soberania na fronteira. Mais do que isto, à dependência econômica

deve-se somar a brasileirização cultural que também avança com agressividade, despojando deste grande e rico território até o menor traço do ser paraguaio."

Tais fenômenos não são resultantes de ações diretas do Estado brasileiro, mas principalmente conseqüências da mobilidade espacial produzida pela globalização, do insucesso governamental na formulação das políticas internas de geração de empregos e distribuição de renda. É preciso considerar ainda que o ingresso de divisas, não provenientes de investimentos no exterior ou das políticas de comércio exterior brasileiras, drena de forma legal ou ilegal recursos de outro território, através das fronteiras porosas da economia globalizada.

Apesar da extensa formação de blocos econômicos e de alinhamento político que passaram a caracterizar o período da globalização e da nova ordem mundial, o avanço na direção da extinção das barreiras sócio-político-econômicas, que se sobrepõem às fronteiras nacionais em geral, parece ser cada vez mais um mero sonho ou fantasia.

Huntington (1994, *apud* Vesentini 2004) assinala que, no mundo pós Guerra Fria, os conflitos seriam de ordem fundamentalmente cultural, e não ideológica ou econômica. Parece-nos, todavia, que estes últimos estariam em grande medida impulsionando o primeiro. Sejam os interesses belicistas, econômicos, energéticos, ambientais, culturais, ou mesmo religiosos considerados, parecemos caminhar para uma realidade de acirramento na contraposição de interesses dos mais diversos, moldados por ideologias cada vez mais radicalizadas, onde sequer se podem distinguir sempre com clareza os Estados-Nações envolvidos. O retorno de movimentos ultra-conservadores, assim como os de apelo populista ou religioso, parece arregimentar grandes contingentes populacionais em defesa de posições das mais variadas cores, expectativas e intenções, supostamente calcados em valores etnocêntricos, mas alguns deles com tendência ao totalitarismo.

Tais problemas, aliados a antigos desentendimentos, fazem prosperar dissidências internas e de fronteira, a exemplo das questões de posse de terras paraguaias e bolivianas por brasileiros.

Além disso, em artigo de Panda (2002), o jornal O Estado de São Paulo veicula a idéia de que, pelo menos, 25 grupos revolucionários de esquerda encontrar-se-iam ativos na América Latina, notadamente no México, Guatemala, Porto Rico, El Salvador, Nicarágua, Colômbia, Equador, Peru, Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile e Argentina.

Enquanto o Brasil tenta controlar seu espaço aéreo e blindar suas fronteiras terrestres sob alegação de controle do tráfico de drogas (Monteiro 2004), a Amazônia volta ao noticiário como objeto de novas propostas de ingerência por países do norte e os EUA articulam um triângulo de bases militares sobre ela e o Pantanal Mato-Grossense, incluindo Guiana, Colômbia e Paraguai (Flores 2005-2006), sob argumentação de controle da guerrilha, tráfico de drogas e monitoramento de atividades terroristas na tríplice fronteira.

### **Geopolítica de integração, poder perceptível e etnocentrismo**

No que se refere à consolidação das fronteiras atuais do Brasil, Rio Branco teve papel fundamental e extremamente oportuno na solução dos impasses e formalização dos acordos finais sobre as mesmas, o que dificilmente teria ocorrido nos anos que se seguiram, trazendo a estabilidade necessária à República que se iniciava já em meio a graves crises internacionais.

O período que se inicia após as gestões diplomáticas de Rio Branco foi marcado por políticas de consolidação e integração interna do território, especialmente nos períodos desenvolvimentistas de Vargas e Kubitschek, culminando com a forte e definida geopolítica dos governos militares após 1964, que impulsionou nova marcha para o oeste e norte do país, buscando uma definitiva ocupação e presença brasileira efetiva na Amazônia, além da intenção de colocar o Brasil na posição de líder sul-americano e de potência mundial.

Os efeitos da conjuntura mundial e nacional das últimas três décadas destruíram não só as pretensões últimas do Brasil, mas trouxeram inevitáveis prejuízos aos demais países latino-americanos, principalmente aos seus vizinhos mais próximos, apesar de outros benefícios e ganhos auferidos com alguns dos tratados internacionais levados a efeito. Apesar disso, a sua capacidade econômica ainda superaria a dos

demais países sul-americanos e sua liderança se manteria tanto no âmbito do Mercosul quanto da América do Sul. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, considera que os interesses no fortalecimento do Mercosul vão além da simples posição de liderança no bloco, mas ganham significado frente aos demais grandes blocos econômicos mundiais (Friedlander & Rila 2004).

O início do século XXI prenuncia sérios problemas com o acirramento das questões geopolíticas, regionais e étnicas em diversos países da América latina, muitos deles vizinhos ao Brasil. A falta de expectativa em relação ao futuro dos blocos econômicos, aos modelos mais conservadores e pragmáticos de governo e, principalmente, à geração de emprego, à redução substancial da desigualdade, vem alimentando na América Latina lutas internas e governos nacionalistas de apelo populista, alguns deles dispostos a enfrentamentos econômicos e energéticos (ou talvez mesmo bélicos) em relação a seus vizinhos.

Na opinião de Silva (1984, 107), o progresso brasileiro deveria, entre outras coisas, estar calcado nas relações de paz e amizade com outros povos. Comparativamente à maioria dos demais países latino-americanos, a melhor situação relativa do Brasil deveria redundar num apoio mais efetivo aos seus vizinhos diretos, evitando um aprofundamento de suas crises, que produzem efeitos cada vez mais sérios não somente a eles, mas acima de tudo ao próprio Brasil. Todavia, a incapacidade do Brasil lidar com seus próprios problemas, dificulta sobremaneira a eficácia dos acordos bilaterais ou de bloco, contribuindo com o comprometimento da estabilidade sul-americana.

Os exemplos recentes de rompimento unilateral de contratos nas questões energéticas de gás e petróleo, incluindo desapropriações e nacionalizações de patrimônios, caracterizam a intensificação das relações de discrepância de interesses, mostrados nos sociogramas de conflito de Del Valle Guerrero (2006).

Ao longo do tempo, porém, é inegável o papel das relações de poder na construção da configuração atual do território brasileiro, o que se processa de forma explícita ou implícita, e o método de Cline nos ajuda a interpretar, por aproximação, o poder reconhecível por outros Estados-Nações.



Pela fórmula de Cline modificada por Mattos (1977) e pelos autores, em que

$$P_p = (K + C + E + M) \times (S + W + P),$$

e onde:  $P_p$  = Poder Perceptível,  
 K = Cultura  
 C = Massa Crítica (População + Território),  
 E = Capacidade Econômica,  
 M = Capacidade Militar,  
 S = Concepção Estratégica,  
 W = Vontade de realizar a estratégia nacional,  
 P = Capacidade de persuasão,

pode-se perceber que, do final do império ao início da República, quando o barão do Rio Branco atuou nas Relações Exteriores do Brasil, as capacidades econômica e militar apresentavam-se vulneráveis, face às oscilações do mercado internacional e aos prejuízos proporcionados pelas guerras e revoltas internas do século XIX. Embora ele destacasse o papel da cultura, do território e da população, nos parece razoável avaliar que, pelo menos em termos culturais, não haveria razão para supor que seu peso sobrepujasse o dos países vizinhos. Por esse modo de ver a situação, pode-se considerar que, nesse período, a concepção estratégica e a vontade de realizá-la eram bastante fortes, mas a tônica recaía exatamente sobre a capacidade de persuasão.

Ao longo do século XX a situação teria oscilado, mas com algum crescimento da capacidade econômica e militar, especialmente produzida pelos resultados da política desenvolvimentista e da participação na II Guerra Mundial. A capacidade de persuasão teria ainda se destacado principalmente no Estado Novo, quando as relações com a Argentina avançaram significativamente sob o lema “Tudo nos une, nada nos separa” (Figura 2).



Fig. 2: Legenda superior nos selos: “Tudo nos une, nada nos separa” (Fonte: Correios do Brasil).

Ao aplicar o método de Cline para o caso do Brasil nos anos 1970, Mattos (1977) avaliava que, naquela época, ele obteria o 6º lugar, precedido apenas pela União Soviética, EUA, Alemanha Ocidental, França e China. Entendemos que o Brasil pontuaria bem em praticamente todos os quesitos, exceção feita a alguns aspectos da identidade cultural, enfraquecida sob pressão da economia globalizada.

No final do século XX, encerrado o período de regime militar e após as sucessivas e prolongadas crises econômicas das duas últimas décadas, o Brasil parece ter perdido pontos na maioria dos quesitos, possivelmente restando a ele apenas sua massa crítica, sua cultura e sua capacidade de persuasão. Apesar disso, a sua capacidade econômica ainda superava a dos demais países sul-americanos e sua liderança se manteria tanto no âmbito do Mercosul quanto da América do Sul.

Por outro lado, com o enfraquecimento do Mercosul e as derrotas (ao menos momentâneas) nas questões do gás e petróleo da Bolívia, Venezuela e, provavelmente, do Equador, o Brasil tem demonstrado clara perda do poder de persuasão, deficiência estratégica e, o pior, falta de vontade em realizá-la. Nesse sentido, a atuação tradicional do Itamaraty parece conflitar com as novas ideologias impregnadas nas ações governamentais, gerando posições confusas e ambíguas, e deixando a liderança política sul-americana claramente nas mãos da Venezuela. Com a capacidade econômica ainda entorpecida e a capacidade militar ameaçada de ser sobrepujada pelos anunciados investimentos venezuelanos, parece restar no momento ao Brasil apenas a força de sua cultura e o poder de sua massa crítica, o que tende a deixar o território vulnerável.

## **Bibliografia**

- Backheuser, E. 1948. *Curso de Geopolítica Geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert.
- Becker, Bertha K. 1990. *Amazônia*. São Paulo: Ática, Série Princípios.
- Castro Martínez, Pedro Fernando. 1980. *Fronteras Abiertas: Expansionismo y Geopolítica en el Brasil Contemporáneo*. Mexico: Siglo Veintiuno Ediciones, 1ª ed.
- Claret, Martin. 2002. *A Arte da Guerra: Sun Tzu*. São Paulo: Editora Martin Claret, Coleção A Obra-Prima de Cada Autor, nº 54.
- Cline, Ray. 1975. *World Power Assessment: A Calculus of Strategic Drift*. Georgetown University

- \_\_\_\_\_. 1980. *World Power Trends and U.S. Foreign Policy for the 1980's*. Boulder, Colorado: Westview Press.
- Costa, Wanderley Messias da. 1988. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto / Editora da Universidade de São Paulo, Coleção Repensando a Geografia.
- Del Valle Guerrero, Ana Lía. 2006. La geopolítica del gas sudamericano: políticas, territorios y recursos. In: *Anales del VIII Encuentro Internacional Humboldt: El "Retorno" de la Política*. Colón, Entre Ríos: Centro de Estudios Alexander von Humboldt, CDROM.
- Doratioto, Francisco. 2005. Projeção brasileira na América do Sul. *Nossa História* 3 (25): 24-27. (São Paulo: Vera Cruz).
- Flores, Mario Cesar. 2005-2006. Presença norte-americana no Paraguai. *Política Externa*. 14 (3): 33-39. (São Paulo: Paz e Terra).
- Friedlander, David; Rila, Luiz. 2004. Não tem bonzinho. *Época*. (323): 28-30, (São Paulo: Editora Globo, Entrevista, 26/jul/2004).
- Gramsci, Antônio. 1976. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2ª ed.
- Huntington, S.P. 1994. Choque das civilizações? *Política Externa*. 2 (4): 120. (São Paulo: Paz e Terra)
- Laino, Domingo. 1979. *Paraguai: Fronteiras e penetração brasileira*. São Paulo: Global Editora, Coleção Passado & Presente nº 5.
- Lins, Álvaro. 1965. *Rio Branco (O Barão do Rio Branco): Biografia pessoal e História política*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª ed.
- Louter, J. de. 1920. *Le Droit International Public Positif*. Oxford: 2 vol.
- Mattos, Carlos de Meira. 1977. *A Geopolítica e as Projeções do Poder*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, Coleção General Benício, v. 152, publ. 472.
- \_\_\_\_\_. 1984. *Geopolítica e Trópicos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, Coleção General Benício, v. 217, publ. 531.
- \_\_\_\_\_. 1980. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, Coleção General Benício, v. 181, publ. 501.
- Monteiro, Tânia. 2004. Aeronáutica vai 'blindar' fronteiras da Amazônia. *O Estado de S. Paulo*. 30/5/2004. (São Paulo: OESP, Nacional, Defesa, A9).
- Panda, Rogério. 2002. América latina tem 25 grupos revolucionários. *O Estado de S. Paulo*. 11/2/2002. (São Paulo: OESP, Cidades, Violência, C5).
- Patarra, Neide Lopes. 1997. *Migração internacional: questão relevante para a região Centro-Oeste?* (Mimeografado).
- Raffestin, Claude. 1993. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, Série Temas, v. 29, Geografia e Política.
- Ricúpero, Rubens. 2005. As lições do barão. *Nossa História* 3 (25): 36-39. (São Paulo: Vera Cruz).
- Ruiz, Ernesto A. 1989. Lãs expediciones científicas de los Estados Unidos y las relaciones interamericanas (1849-1861). *Geosul*. 4 (7): 16-31. (Florianópolis: Editora da UFSC).

- Sasaki, Elisa Massae. 1999. Movimento Dekassegui: A experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão. In: *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1ª ed., p.243-275.
- Silva, Armando Corrêa da. 1984. A concepção clássica da Geografia Política. *Revista do Departamento de Geografia*. (3): 103-107. (São Paulo: FFLCH-USP).
- Silva, Golbery do Couto e. 1981. *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livr. José Olympio Edit., Coleção Documentos Brasileiros, vol. 190.
- Vesentini, José William. 2004. *Novas Geopolíticas*. São Paulo: Contexto, Coleção Caminhos da Geografia.